

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	52
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	53

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	747.759.759
Preferenciais	0
Total	747.759.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.528.737	2.478.086
1.01	Ativo Circulante	186.506	98.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.427	10.058
1.01.02	Aplicações Financeiras	120.040	42.334
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	120.040	42.334
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	23.658	21.431
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	96.382	20.903
1.01.03	Contas a Receber	49.202	40.114
1.01.03.01	Clientes	49.202	39.808
1.01.03.01.01	Contas a Receber	49.202	39.808
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	306
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	0	306
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.521	970
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.521	970
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	1.521	970
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.456	4.480
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.456	4.480
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	860	843
1.01.08.03	Outros	860	843
1.01.08.03.02	Outros Créditos	860	843
1.02	Ativo Não Circulante	2.342.231	2.379.287
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	173.221	173.137
1.02.01.04	Contas a Receber	119	36
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	119	36
1.02.01.07	Tributos Diferidos	170.371	170.304
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	170.371	170.304
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.491	2.558
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	240	239
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	240	239
1.02.03	Imobilizado	14.511	16.323
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.704	1.898
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	12.807	14.425
1.02.04	Intangível	2.154.499	2.189.827
1.02.04.01	Intangíveis	2.154.499	2.189.827
1.02.04.01.02	Intangível	2.121.660	2.161.398
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	32.839	28.429

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.528.737	2.478.086
2.01	Passivo Circulante	329.052	309.491
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.523	6.337
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.523	6.337
2.01.02	Fornecedores	21.349	18.881
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.349	18.881
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.214	11.619
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.214	11.619
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	434	103
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais	12.780	11.516
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	229.330	202.666
2.01.04.02	Debêntures	229.330	202.666
2.01.05	Outras Obrigações	36.587	44.945
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.944	15.376
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.944	15.376
2.01.05.02	Outros	22.643	29.569
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	12.033	11.420
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.363	6.372
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.943	1.869
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	6.304	9.908
2.01.06	Provisões	21.049	25.043
2.01.06.02	Outras Provisões	21.049	25.043
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	19.650	23.644
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.524.502	1.497.342
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.473.108	1.449.742
2.02.01.02	Debêntures	1.473.108	1.449.742
2.02.02	Outras Obrigações	9.370	7.092
2.02.02.02	Outros	9.370	7.092
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	9.370	7.092
2.02.04	Provisões	42.024	40.508
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.693	1.320
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.693	1.320
2.02.04.02	Outras Provisões	40.331	39.188
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	40.331	39.188
2.03	Patrimônio Líquido	675.183	671.253
2.03.01	Capital Social Realizado	976.785	976.785
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-301.602	-305.532

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	219.387	208.876
3.01.01	Receita de venda de bens e/ou serviços	179.986	166.816
3.01.02	Receita de serviços de construção	39.401	42.060
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-157.799	-146.949
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-118.398	-104.889
3.02.02	Custo dos serviços de construção	-39.401	-42.060
3.03	Resultado Bruto	61.588	61.927
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.857	-9.385
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.575	-10.416
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-8.532	-10.305
3.04.02.04	Provisão (reversão) para Perdas Esperadas	-43	-111
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	718	1.031
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	53.731	52.542
3.06	Resultado Financeiro	-47.961	-62.754
3.06.01	Receitas Financeiras	2.946	2.155
3.06.01.01	Receitas financeiras	2.945	2.155
3.06.01.02	Variação cambial líquida	1	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.907	-64.909
3.06.02.01	Despesas financeiras	-50.907	-64.901
3.06.02.02	Variação cambial líquida	0	-8
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.770	-10.212
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.840	0
3.08.01	Corrente	-1.907	0
3.08.02	Diferido	67	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.930	-10.212
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.930	-10.212
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,0053	-0,0137
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,0053	-0,0137

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	3.930	-10.212
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.930	-10.212

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	114.542	87.127
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	141.358	129.828
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	3.930	-10.212
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	81.382	71.344
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	43	111
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-67	0
6.01.01.09	Rendimentos com aplicações financeiras	-2.905	-1.516
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	47.202	60.883
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.524	1.815
6.01.01.15	Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.653	3.048
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	31
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	8.579	4.324
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-26.816	-42.701
6.01.02.01	Contas a receber	-9.520	-6.510
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	306	0
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.091	1.095
6.01.02.05	Impostos a recuperar	267	-2.128
6.01.02.06	Outros créditos	-17	-36
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-1	9
6.01.02.09	Fornecedores	-3.031	-18.181
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-2.604	-8.719
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	589	220
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.186	663
6.01.02.13	Obrigações fiscais	2.427	2.207
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.448	-1.765
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	74	-1.782
6.01.02.16	Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios	-1.297	-2.291
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-12.500	-8.320
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.671	1.671
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-4.009	1.166
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109.742	-106.789
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-34.123	-46.779
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-74.499	-65.921
6.02.10	Aplicação financeira	-1.120	5.911
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.431	-2.948
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-3.431	-2.948
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.369	-22.610
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.058	25.136
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.427	2.526

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-305.532	0	671.253
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-305.532	0	671.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.930	0	3.930
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.930	0	3.930
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-301.602	0	675.183

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.212	0	-10.212
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.212	0	-10.212
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-480.879	0	495.906

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	238.343	226.633
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	193.731	179.924
7.01.02	Outras Receitas	44.612	46.709
7.01.02.01	Receita dos serviços de construção	39.401	42.060
7.01.02.02	Outras receitas	4.054	3.738
7.01.02.03	Juros capitalizados	1.157	911
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71.347	-73.108
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.309	-9.313
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.682	-5.749
7.02.04	Outros	-58.356	-58.046
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-39.401	-42.060
7.02.04.02	Custo da concessão	-7.283	-7.168
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-8.579	-4.324
7.02.04.04	Outros	-3.093	-4.494
7.03	Valor Adicionado Bruto	166.996	153.525
7.04	Retenções	-81.382	-71.344
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-81.382	-71.344
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	85.614	82.181
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.946	2.147
7.06.02	Receitas Financeiras	2.945	2.155
7.06.03	Outros	1	-8
7.06.03.04	Outros	1	-8
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	88.560	84.328
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	88.560	84.328
7.08.01	Pessoal	13.902	13.207
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.467	9.988
7.08.01.02	Benefícios	2.810	2.612
7.08.01.03	F.G.T.S.	625	607
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.902	15.935
7.08.02.01	Federais	9.152	6.895
7.08.02.02	Estaduais	43	18
7.08.02.03	Municipais	9.707	9.022
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.826	65.398
7.08.03.01	Juros	47.202	60.883
7.08.03.02	Aluguéis	-112	-180
7.08.03.03	Outras	4.736	4.695
7.08.03.03.02	Juros capitalizados debêntures	1.157	911
7.08.03.03.04	Outras	3.579	3.784
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.930	-10.212
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.930	-10.212

Comentário do Desempenho

Release de Resultados 1T26

Comentário do Desempenho



Registro, 14 de maio de 2026 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia" ou "Régis Bittencourt") apresenta aos seus investidores e ao mercado em geral, o Release de Resultados relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2026 ("1T26").

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

INTRODUÇÃO

A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia" ou "Régis Bittencourt"), concessionária controlada integralmente pela Arteris S.A., é responsável, desde 2008, pela operação de 396,6 km da rodovia BR-116, no trecho que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). A concessão, obtida em leilão realizado em outubro de 2007 e com vigência até 2033, abrange 6 praças de pedágio e atravessa 17 municípios nos estados de São Paulo e Paraná, atendendo a uma população significativa e a importantes polos logísticos e industriais. A rodovia, considerada um dos principais corredores de integração entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil, também desempenha papel estratégico na conexão com países do Mercosul. O tráfego na malha é intensamente composto por veículos pesados (cerca de 79%), refletindo sua relevância no transporte de cargas. Entre as principais obras realizadas, destaca-se a duplicação da Serra do Cafezal, concluída em 2017, além de melhorias contínuas como a entrega de trevos em desnível e intervenções em pontos críticos. A Companhia presta serviços essenciais aos mais de 150 mil usuários diários, incluindo atendimento médico e mecânico 24 horas, e atua sob regulação da ANTT, com investimentos voltados à ampliação, modernização e segurança da rodovia.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 1T26

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **2,7%** no tráfego no 1T26, com **45,0 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **84,7%** do tráfego representado por veículos pesados e **15,3%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 193,7 milhões** no primeiro trimestre de 2026, com crescimento de **7,7%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA e Margem Ajustada

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 143,7 milhões** no 1T26, com aumento de **12,1%** quando comparado com mesmo período do ano anterior, com margem ajustada de **79,8%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	1T26	1T25	Δ%
Total	45.052	43.881	2,7%
Leves	6.908	6.911	(0,0%)
Pesados	38.144	36.970	3,2%

A Régis Bittencourt registrou 45,1 milhões de veículos equivalentes no 1T26, com aumento de 2,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi percebido no segmento de veículos pesados (+3,2%). Os veículos pesados foram impactados pelo forte dinamismo das exportações da região Sul do país, que lidera a produção e exportação de carnes no Brasil, com destaque para Santa Catarina nas exportações de carne suína e para o Paraná nas de carne de frango.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	1T26	1T25	Δ%
Tarifa Média	4,30	4,10	4,9%

No 1T26, a tarifa média foi de R\$ 4,30, aumento de 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação anual reflete os reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto nos contratos de concessão.

A correção tarifária anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Receita Bruta	236.466	224.692	5,2%
Receitas de pedágio	193.731	179.924	7,7%
Receitas de construção	39.401	42.060	(6,3%)
Outras receitas	3.334	2.708	23,1%
Deduções	(17.079)	(15.816)	8,0%
Receita Operacional Líquida	219.387	208.876	5,0%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	179.986	166.816	7,9%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

No 1T26, a Receita de Pedágio totalizou R\$ 193,7 milhões, crescimento de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete, principalmente, o impacto dos reajustes tarifários e o aumento do tráfego no período.

Comentário do Desempenho



Receitas de Construção

As receitas de construção da Companhia totalizaram R\$ 39,4 milhões primeiro trimestre de 2026, redução de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa linha representa apenas um ajuste contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As receitas acessórias registraram R\$ 3,3 milhões no 1T26, aumento de 23,1% em relação ao primeiro trimestre do ano anterior. O aumento está relacionado a incremento de receita não recorrente (one-off) fruto de acordo extrajudicial com empresa de infraestrutura.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(36.294)	(38.606)	(6,0%)
Pessoal	(13.903)	(13.207)	5,3%
Conservação	(1.869)	(3.112)	(39,9%)
Serviços de terceiros	(7.002)	(6.734)	4,0%
Seguros e garantias	(1.456)	(1.337)	8,9%
Verba de fiscalização	(5.830)	(5.581)	4,5%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(1.653)	(3.048)	(45,8%)
Outros	(4.581)	(5.587)	(18,0%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(129.362)	(117.728)	9,9%
Custos de construção	(39.401)	(42.060)	(6,3%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(8.579)	(4.324)	98,4%
Depreciação e amortização	(81.382)	(71.344)	14,1%
Custos e Despesas Operacionais	(165.656)	(156.334)	6,0%

No 1T26, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 165,7 milhões, aumento de 6,0% em relação ao 1T25, refletindo, principalmente, maiores despesas não caixa, com destaque para depreciação e amortização e provisão para manutenção.

Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais caixa somaram R\$ 36,3 milhões no 1T26, redução de 6,0% na comparação anual.

A variação no caixa é explicada, principalmente, por:

- Conservação, com menor volume de execução no período;
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, com redução na constituição líquida;
- Outros custos e despesas, com menor nível de gastos operacionais.

A Companhia mantém foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, em linha com o planejamento dos contratos de concessão.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	3.930	(10.212)	(138,5%)
(+) IR e CSLL	1.840	-	-
(+) Resultado financeiro	47.961	62.754	(23,6%)
(+) Depreciação e amortização	81.382	71.344	14,1%
EBITDA¹	135.113	123.886	9,1%
Margem EBITDA ²	75,1%	74,3%	0,8 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	8.579	4.324	98,4%
EBITDA Ajustado³	143.692	128.210	12,1%
Margem EBITDA Ajustada ²	79,8%	76,9%	3,0 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

O EBITDA totalizou R\$ 135,1 milhões no 1T26, aumento de 9,1% em relação ao 1T25, com expansão de 0,8 p.p na margem, refletindo principalmente, o crescimento das receitas operacionais, parcialmente compensado pela dinâmica de custos e despesas no período.

O EBITDA Ajustado somou R\$ 143,7 milhões no 1T26, aumento de 12,1% na comparação anual, com margem de 79,8%, representando expansão de 3,0 p.p. O desempenho reflete a evolução operacional da Companhia, combinada à redução de custos e despesas caixa mais relevantes, com destaque para menor volume em conservação, redução na constituição líquida de contingências e controle de gastos operacionais.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Depreciação e Amortização	(81.382)	(71.344)	14,1%

A depreciação e amortização da Companhia somaram, no primeiro trimestre de 2026, o valor de R\$ 81,4 milhões, aumento de 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento decorre, principalmente, do maior volume de investimentos realizados, o que ampliou a base de ativos amortizáveis do período.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Financeiro	(47.961)	(62.754)	(23,6%)
Receitas financeiras	2.945	2.155	36,7%
Despesas financeiras	(50.907)	(64.901)	(21,6%)
Variação cambial, líq.	1	(8)	(112,5%)

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 48,0 milhões no 1T26, representando redução de 23,6% em relação ao 1T25. A melhora no período é explicada, principalmente, pela redução das despesas financeiras, refletindo a menor base de endividamento, em função da amortização da dívida ao longo do período. As

Comentário do Desempenho



receitas financeiras apresentaram aumento, em linha com a gestão de caixa, enquanto os efeitos de variação cambial não foram relevantes no período.

IR e CSLL

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
IR e CSLL	(1.840)	-	-
Corrente	(1.907)	-	-
Diferido	67	-	-

A Companhia registrou despesa de IR e CSLL de R\$ 1,8 milhão no 1T26, sem base comparativa no 1T25. O resultado reflete, principalmente, a apuração de tributos correntes no período, em linha com a geração de resultado tributável, parcialmente compensados por efeitos de imposto diferido.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	1T26	1T25	Δ%
Resultado Líquido	3.930	(10.212)	(138,5%)

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 3,9 milhões no 1T26, em comparação ao prejuízo de R\$ 10,2 milhões no 1T25. O desempenho reflete, principalmente, a evolução operacional no período, combinada à melhora do resultado financeiro.

ENDIVIDAMENTO

R\$ mil	1T26	4T25	Δ%
Dívida Bruta	1.702.438	1.652.408	3,0%
Curto Prazo	229.330	202.666	13,2%
Longo Prazo	1.473.108	1.449.742	1,6%
Disponibilidades	131.467	52.392	150,9%
Caixa e equivalentes de caixa	35.085	31.489	11,4%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	96.382	20.903	361,1%
Dívida Líquida	1.570.971	1.600.016	(1,8%)

1: Curto e Longo Prazo

No 1T26, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R\$ 1.702,4 milhões, aumento de 3,0% em relação ao valor registrado no 4T25, com aumento dos valores no curto e longo prazo (13,2% e 1,6% respectivamente).

A posição de caixa teve aumento absoluto de R\$ 79,8 milhões, impulsionado pelo maior montante de aplicações financeiras vinculadas.

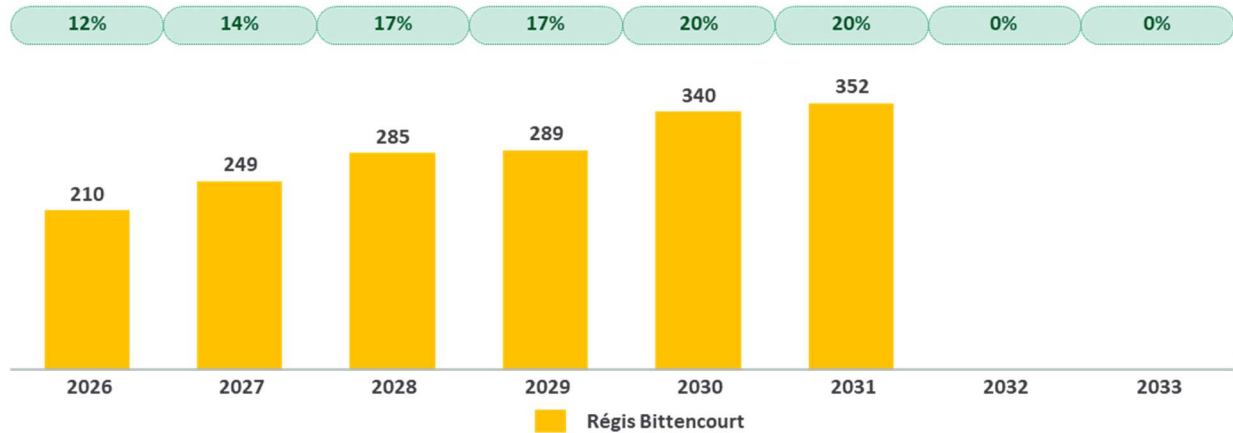
A dívida líquida da Companhia finalizou o 1T26 com montante de R\$ 1.571,0 milhões, redução de 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

**Aging da Dívida* – março de 2026**

*não considera custos de transação

No 1T26, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 8ª Emissão de debêntures.

**INVESTIMENTOS REALIZADOS**

R\$ Mil	1T26	1T25	Δ%
Investimentos	46.565	63.044	(26,1%)

No 1T26, os investimentos totalizaram R\$ 46,6 milhões, redução de 26,1% em relação ao 1T25. O desempenho reflete, principalmente, o menor nível de execução de obras e atividades operacionais no período, em linha com o cronograma dos contratos de concessão.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2026 - 2033
Melhorias na infraestrutura	1.668.372
Recuperações/manutenções	260.395
Total	1.928.767

*Base Monetária: março/2026

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, (i) o conteúdo e as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. ("Deloitte"); e (ii) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Registro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

José Acácio Delmonego Júnior
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 e relatório do auditor independente.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.03.2026	31.12.2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.427	10.058	Debêntures	12	229.330	202.666
Aplicações financeiras	5	23.658	21.431	Fornecedores	13	21.349	18.881
Contas a receber	6	49.202	39.808	Arrendamento mercantil a pagar	14	6.304	9.908
Contas a receber - partes relacionadas	15	-	306	Obrigações sociais		7.523	6.337
Despesas antecipadas		3.456	4.480	Obrigações fiscais		12.780	11.516
Impostos a recuperar		1.521	970	IR e CS sobre lucros a pagar		434	103
Aplicações financeiras vinculadas	8	96.382	20.903	Contas a pagar - partes relacionadas	15	13.944	15.376
Outros créditos		860	843	Cauções contratuais	13	12.033	11.420
Total do ativo circulante		186.506	98.799	Taxa de fiscalização		1.943	1.869
				Provisão para manutenção em rodovias	17	19.650	23.644
				Provisão para investimentos em rodovias	17	1.399	1.399
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		2.363	6.372
Despesas antecipadas		2.491	2.558	Total do passivo circulante		329.052	309.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	170.371	170.304				
Depósitos judiciais	17	240	239	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	119	36	Debêntures	12	1.473.108	1.449.742
Total do ativo realizável a longo prazo		173.221	173.137	Arrendamento mercantil a pagar	14	9.370	7.092
				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	1.693	1.320
Direito de uso	9	12.807	14.425	Provisão para manutenção em rodovias	17	40.331	39.188
Imobilizado	10	1.704	1.898	Total do passivo não circulante		1.524.502	1.497.342
Intangível	11	2.121.660	2.161.398				
Infraestrutura em construção	11	32.839	28.429	TOTAL DO PASSIVO		1.853.554	1.806.833
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		2.342.231	2.379.287	Capital social	18	976.785	976.785
				Prejuízos acumulados		(301.602)	(305.532)
				Total do patrimônio líquido		675.183	671.253
TOTAL DO ATIVO		2.528.737	2.478.086	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.528.737	2.478.086

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) do período por ação básico e diluído)			
	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	219.387	208.876
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(157.799)	(146.949)
LUCRO BRUTO		61.588	61.927
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(8.532)	(10.305)
Provisão para perdas esperadas	20	(43)	(111)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		718	1.031
		(7.857)	(9.385)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		53.731	52.542
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	2.945	2.155
Despesas financeiras	21	(50.907)	(64.901)
Variação cambial, líquida		1	(8)
		(47.961)	(62.754)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.770	(10.212)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7	(1.907)	-
Diferidos	7	67	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		3.930	(10.212)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	0,0053	(0,0137)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

<u>AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.</u>		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.		
<u>(Em milhares de reais - R\$)</u>		
	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	3.930	(10.212)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>3.930</u>	<u>(10.212)</u>
<u>As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.</u>		

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	978.785	(2.000)	976.785	(470.667)	506.118
Prejuízo do período	-	-	-	(10.212)	(10.212)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025	978.785	(2.000)	976.785	(480.879)	495.906
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	978.785	(2.000)	976.785	(305.532)	671.253
Lucro líquido do período	-	-	-	3.930	3.930
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026	978.785	(2.000)	976.785	(301.602)	675.183

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do período		3.930	(10.212)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		81.382	71.344
Provisão para perdas esperadas	6 e 20	43	111
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(67)	-
Rendimentos com aplicações financeiras	21	(2.905)	(1.516)
Juros e variações monetárias de debêntures		47.202	60.883
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	1.524	1.815
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	1.653	3.048
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	17	31
Constituição de provisão para manutenção	17	8.579	4.324
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(9.520)	(6.510)
Contas a receber - partes relacionadas		306	-
Despesas antecipadas		1.091	1.095
Impostos a recuperar		267	(2.128)
Outros créditos		(17)	(36)
Depósitos judiciais		(1)	9
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.031)	(18.181)
Fornecedores - partes relacionadas		(2.604)	(8.719)
Cauções contratuais de fornecedores		589	220
Obrigações sociais		1.186	663
Obrigações fiscais		2.427	2.207
Utilização provisão de manutenção	17	(12.500)	(8.320)
Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios	17	(1.297)	(2.291)
Taxa de Fiscalização		74	(1.782)
Custo de transação - empréstimo		1.671	1.671
Outras contas a pagar		(4.009)	1.166
Caixa proveniente das operações		115.990	88.892
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.448)	(1.765)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		114.542	87.127
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do intangível	22	(34.123)	(46.779)
Aplicação financeira vinculada		(74.499)	(65.921)
Aplicação financeira		(1.120)	5.911
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(109.742)	(106.789)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(3.431)	(2.948)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(3.431)	(2.948)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.369	(22.610)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		10.058	25.136
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		11.427	2.526

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas ExplicativasAUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026 E 2025.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.03.2026	31.03.2025
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	19	193.731	179.924
Receita de serviços de construção	19	39.401	42.060
Outras receitas		4.054	3.738
Juros capitalizados	21	1.157	911
		<u>238.343</u>	<u>226.633</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(8.309)	(9.313)
Custo dos serviços de construção	20	(39.401)	(42.060)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(4.682)	(5.749)
Custo da concessão		(7.283)	(7.168)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(8.579)	(4.324)
Outros		(3.093)	(4.494)
		<u>(71.347)</u>	<u>(73.108)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>166.996</u>	<u>153.525</u>
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		<u>(81.382)</u>	<u>(71.344)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		<u>85.614</u>	<u>82.181</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	2.945	2.155
Outros		1	(8)
		<u>2.946</u>	<u>2.147</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>88.560</u>	<u>84.328</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		10.467	9.988
Benefícios		2.810	2.612
FGTS		625	607
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		9.152	6.895
Estaduais		43	18
Municipais		9.707	9.022
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		47.202	60.883
Juros capitalizados debêntures		1.157	911
Aluguéis		(112)	(180)
Outras		3.579	3.784
Lucro (prejuízo) do período		3.930	(10.212)
		<u>88.560</u>	<u>84.328</u>

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade” ou “Régis Bittencourt”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos apresentados nas revisões ordinárias e divulgados em nota técnica pelo poder concedente, aplicando o reajuste a partir da publicação em Diário Oficial da União.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de março de 2026 e até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$58.349 a valor nominal, corrigido pelo IPCA

Notas Explicativas

conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de março de 2026, o montante de R\$1.668.372 (R\$1.717.616 em 31 de dezembro de 2025) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$260.395 (R\$272.567 em 31 de dezembro de 2025) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas com base em laudo elaborado por peritos independentes.

Em 15 de fevereiro de 2024 a Regis Bittencourt celebrou o 4º aditivo de contrato de concessão cujo objeto foi a exclusão do trecho rodoviário compreendido entre o Km 268+900 e o Km 275+450 da BR-116/SP, do Programa de Exploração da Rodovia - PER do Contrato de Concessão relativo ao Edital nº 001/2007. Com essa alteração o trecho administrado pela controlada passou de 401,6 Kms para 395,05 Kms. A recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato se dará por meio de Revisão Extraordinária de Tarifa de Pedágio a ser realizada após a conclusão da apuração dos impactos econômico-financeiros da exclusão dos serviços de conservação, monitoramento e operação. A exclusão se deu por iniciativa do Poder Concedente em atendimento ao pedido formulado pelo município de Taboão da Serra - SP para municipalização da administração do trecho em questão.

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O teste realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apontou a necessidade de reversão das provisões para desvalorização de ativos registradas. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) foi de R\$100.242 líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025. Para o período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento ou reversão da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2026, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC.

Notas Explicativas

À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 14 de abril de 2026, conforme previsto nas regulamentações da Portaria 848/23 (Art 6º - § único), foi publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) o edital do processo competitivo de alienação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital da Sociedade, no âmbito de processo de solução consensual realizado no Tribunal de Contas da União, o qual foi aprovado por meio do ACÓRDÃO Nº 2.206/2025 - TCU - Plenário. A Arteris, como controladora da Autopista Régis Bittencourt, deverá participar do Processo Competitivo, enquanto proponente, apresentando a documentação, conforme estipulada no Edital. Nessa mesma data, foi publicado no Diário Oficial da União a data da realização do leilão para o dia 23 de julho de 2025.

Em 31 de março de 2026, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de março de 2026, não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*, observando os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A elaboração segue, também, às disposições da Lei das Sociedades por Ações e às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de maio de 2026.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Notas Explicativas

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Sociedade.

Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2026.

A Sociedade continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

4.2 Novas normas e interpretações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, quais foram avaliadas pela Sociedade, e concluiu que essas alterações não tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza: em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'.

Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

Notas Explicativas

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Sociedade está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Sociedade. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Sociedade desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

A Sociedade não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação.

Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:

Divulgações e alterações: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Notas Explicativas

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:
- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Sociedade não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	2.807	2.891
Aplicações financeiras (a)	8.620	7.167
Total	11.427	10.058

<u>Aplicações financeiras</u>	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos (b)	23.658	21.431
Total	23.658	21.431

(a) Os recursos aplicados em fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,69% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,13% a.a. em 31 de dezembro de 2025). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender às necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em operações compromissada, LF, LTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses instrumentos, são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e apresentam remuneração equivalente, em média, a 101,69% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,13% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	44.894	-	37.481	-
Cartões de pedágio a receber (a)	358	-	388	-
Receitas acessórias a receber (b)	4.143	119	2.100	36
Outras receitas a receber	12	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (c)	(205)	-	(162)	-
Total	49.202	119	39.808	36

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(b) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(c) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

	31.03.2026		31.12.2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	49.170	119	39.536	36
Créditos vencidos até 60 dias	-	-	203	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	32	-	69	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	205	-	162	-
	49.407	119	39.970	36

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.770	(10.212)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(1.962)	3.472
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	408	(88)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(286)	(3.384)
Total	(1.840)	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(1.907)	-
Diferido	67	-
	(1.840)	-
Alíquota efetiva de impostos	(32%)	0%

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldo patrimonial está representado por:

Notas Explicativas

Não circulante**Diferenças temporárias ativas**

Prejuízo fiscal e base negativa (a)	
Provisão de participação nos lucros	
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	
Outras provisões	
Provisão para manutenção de rodovias	
Amortização acumulada de obras futuras	
Arrendamentos	
Provisão para perdas esperadas	
Estorno de capitalização de juros	
Amortização estorno de capitalização de juros	

Base de cálculo diferenças temporárias ativas**Alíquota nominal****Total****Diferenças temporárias passivas**

Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis (c)	

Base de cálculo diferenças temporárias passivas**Alíquota nominal****Total****Total do imposto de renda e contribuição social**

Impostos diferidos não constituídos

Total do imposto de renda e contribuição social constituído**Imposto de renda e contribuição social
diferido ativo**

31.03.2026	31.12.2025
551.655	554.126
2.500	1.915
1.693	1.320
3.885	3.219
59.981	62.832
882	861
2.868	2.575
205	162
34	34
(21)	(21)
623.682	627.023
34%	34%
212.052	213.188
(584)	(584)
(318.245)	(318.245)
197.078	192.699
(121.751)	(126.130)
34%	34%
(41.395)	(42.884)
170.657	170.304
286	-
170.371	170.304

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se às provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios decorrentes de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, em conformidade com a Lei nº 12.973/14. Assim, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes decorrentes dessas mudanças até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.471)	7.201
Provisão de participação nos lucros	585	390
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	373	788
Outras provisões	666	2.761
Provisão para manutenção de rodovias	(2.851)	(2.906)
Amortização acumulada de obras futuras	21	22
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	-	(2.950)
Arrendamentos	293	157
Provisão para perdas esperadas	43	111
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.379	4.379
Base de cálculo diferenças temporárias	1.038	9.953
Alíquota nominal	34%	34%
Total	353	3.384
Composição dos impostos:		
Impostos diferidos não constituídos	286	3.384
Impostos de renda e contribuição social constituídos	67	-
	353	3.384

Notas Explicativas

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2026	35.305
2027	44.655
2028	61.256
2029	29.155
	170.371

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de março de 2026, o saldo é de R\$96.382 (R\$20.903 em 31 de dezembro de 2025), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 98,96% a.a. para 31 de março de 2026 (100,52% em 31 de dezembro de 2025) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2025	22.271	5.403	4.706	17.986	55	1.885	52.306
Remensurações	-	3.493	-	86	-	-	3.579
Baixas	(22.271)	-	-	-	-	-	(22.271)
Saldo em 31.03.2026	-	8.896	4.706	18.072	55	1.885	33.614
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2025	(20.919)	(1.290)	(2.544)	(11.588)	(48)	(1.492)	(37.881)
Amortização	(1.352)	(234)	(361)	(3.231)	(4)	(15)	(5.197)
Baixas	22.271	-	-	-	-	-	22.271
Saldo em 31.03.2026	-	(1.524)	(2.905)	(14.819)	(52)	(1.507)	(20.807)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2025	1.352	4.113	2.162	6.398	7	393	14.425
Saldo em 31.03.2026	-	7.372	1.801	3.253	3	378	12.807
Taxas de amortização - a.a.	19%	16%	19%	42%	30%	10%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	20.006	4.613	4.974	8.827	39	3.505	41.964
Adições	-	9.576	-	-	-	-	9.576
Baixas	-	(4.613)	-	-	-	-	(4.613)
Saldo em 31.03.2025	20.006	9.576	4.974	8.827	39	3.505	46.927
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(1.231)	(20.396)
Amortização	(1.112)	(364)	(361)	(1.963)	(4)	(69)	(3.873)
Baixas	-	4.613	-	-	-	-	4.613
Saldo em 31.03.2025	(17.411)	(119)	(1.993)	1.202	(35)	(1.300)	(19.656)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274	21.568
Saldo em 31.03.2025	2.595	9.457	2.981	10.029	4	2.205	27.271
Taxas de amortização - a.a.	22%	10%	29%	50%	41%	8%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a locação de veículos administrativos.

(d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.

(e) Refere-se a locação de impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2025	1.216	3.410	2.138	1.177	4.480	12.421
Saldo em 31.03.2026	1.216	3.410	2.138	1.177	4.480	12.421
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2025	(1.090)	(3.104)	(1.231)	(1.177)	(3.921)	(10.523)
Depreciação	(12)	(49)	(75)	-	(58)	(194)
Saldo em 31.03.2026	(1.102)	(3.153)	(1.306)	(1.177)	(3.979)	(10.717)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2025	126	306	907	-	559	1.898
Saldo em 31.03.2026	114	257	832	-	501	1.704
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	19%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2025	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Depreciação	(13)	(65)	(43)	(11)	(63)	(195)
Saldo em 31.03.2025	(1.055)	(2.974)	(1.013)	(1.174)	(3.741)	(9.957)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 31.03.2025	156	467	794	3	739	2.159
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	17%	10%	10%	

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2025	4.361.745	-	15.819	700	4.378.264	28.429	4.406.693
Adições	35.766	-	32	-	35.798	4.700	40.498
Transferências/reclassificações (d)	364	-	-	-	364	(364)	-
Outros (e)	19	-	72	-	91	74	165
Saldo em 31.03.2026	4.397.894	-	15.923	700	4.414.517	32.839	4.447.356
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2025	(2.208.349)	-	(8.517)	-	(2.216.866)	-	(2.216.866)
Amortização	(75.469)	-	(522)	-	(75.991)	-	(75.991)
Saldo em 31.03.2026	(2.283.818)	-	(9.039)	-	(2.292.857)	-	(2.292.857)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2025	2.153.396	-	7.302	700	2.161.398	28.429	2.189.827
Saldo em 31.03.2026	2.114.076	-	6.884	700	2.121.660	32.839	2.154.499
Taxas de amortização - a.a. (g)	5%		20%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Adições	37.058	-	19	-	37.077	5.913	42.990
Saldo em 31.03.2025	4.222.224	(113.690)	10.746	700	4.119.980	25.022	4.145.002
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	-	(1.926.486)	-	(1.926.486)
Amortização	(69.746)	-	(480)	-	(70.226)	-	(70.226)
Amortização da redução ao valor recuperável (f)	-	2.950	-	-	2.950	-	2.950
Saldo em 31.03.2025	(1.990.617)	4.230	(7.375)	-	(1.993.762)	-	(1.993.762)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Saldo em 31.03.2025	2.231.607	(109.460)	3.371	700	2.126.218	25.022	2.151.240
Taxas de amortização - a.a. (g)	6%	6%	39%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve reversão dos valores da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), conforme teste de *impairment* mencionado no tópico abaixo.

(c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(d) Saldo referente a reclassificação de intangível andamento para operação.

(e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.

(f) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve reversão da amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), conforme teste de *impairment* mencionado no tópico abaixo.

(g) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 31 de março de 2026, a Sociedade complementou o montante de R\$1.157 (R\$911 em 31 de março de 2025) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2026, foi de 0,27% a.a. (em 2025 0,20% a.a.), do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade realizou o teste de *impairment* em conformidade com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, utilizando o valor justo como base de mensuração do valor recuperável.

Para isto, a Administração elaborou projeções de fluxos de caixa descontados, considerando a Unidade Geradora de Caixa (UGC) em operação em 31 de dezembro de 2025. As projeções foram preparadas com base em premissas classificadas em nível 3, uma vez que envolvem projeções internas da administração, não observáveis no mercado.

Os cálculos do valor justo e suas premissas subjacentes foram realizadas e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão.

O teste de *impairment* realizado para o período findo em 31 de dezembro de 2025, indicou a necessidade de reversão das provisões de perdas anteriormente reconhecidas. Essa reversão se deve principalmente pela melhora na estimativa das receitas ocasionadas por reequilíbrios contratuais. O montante revertido (efeito não caixa) totalizou R\$100.242, líquido da amortização acumulada até 30 de novembro de 2025.

Para fins de 31 de março de 2026, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse a necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2026	31.12.2025
8ª emissão - 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.423.060	1.385.248
8ª emissão - 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	301.365	290.818
				1.724.425	1.676.066
			Custo de transação	(21.987)	(23.658)
			Total	1.702.438	1.652.408
			Circulante	229.330	202.666
			Não circulante	1.473.108	1.449.742
			Total	1.702.438	1.652.408

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	209.442	1.466.624	1.676.066	172.491	1.617.103	1.789.594
Juros e variações monetárias provisionados	25.672	22.687	48.359	28.572	33.222	61.794
Transferências	992	(992)	-	4.534	(4.534)	-
	236.106	1.488.319	1.724.425	205.597	1.645.791	1.851.388
Custo de transação	(6.776)	(15.211)	(21.987)	(6.776)	(21.987)	(28.763)
Saldo final	229.330	1.473.108	1.702.438	198.821	1.623.804	1.822.625

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão - 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão - 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2027	244.305
2028	280.287
2029	284.126
2030	334.042
Após 2030	345.559
	1.488.319

Garantias

A 8ª emissão de debêntures da Sociedade possui Garantias Reais (Cessão Fiduciária de Recebíveis e Alienação Fiduciária de Ações) além de fiança/aval de sua Controladora Arteris S.A.

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 8ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$PL/Ativo\ Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- A partir de 2027: $\leq 3,00$
- 2028: $\leq 2,50$
- 2029: $\leq 2,00$
- 2030: $\leq 1,50$
- 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos covenants de suas debêntures na data de 31 de março de 2026.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impactos a serem reconhecidos nas informações contábeis intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de março de 2026, o saldo registrado no passivo circulante, no montante de R\$21.349 (R\$18.881 em 31 de dezembro de 2025), refere-se a obrigações com fornecedores e prestadores de serviços, relacionados principalmente a valores devidos por serviços, materiais e equipamentos utilizados em obras de melhorias, manutenção e conservação.

O saldo de R\$12.033 (R\$11.420 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços, registrados conforme as condições estabelecidas nos contratos, que preveem retenções entre 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados, dependendo do acordo em cada contrato.

Esses saldos estão predominantemente vinculados à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e com a execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.03.2026			31.03.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	9.908	7.092	17.000	13.326	8.957	22.283
Remensurações	529	3.050	3.579	-	-	-
Adições	-	-	-	1.019	8.557	9.576
Utilizações (*)	(5.359)	-	(5.359)	(4.441)	-	(4.441)
Ajuste a valor presente - AVP	454	-	454	725	-	725
Transferências	772	(772)	-	2.487	(2.487)	-
	6.304	9.370	15.674	13.116	15.027	28.143

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$3.431 (R\$2.948 em 31 de março de 2025).

Em 31 de março de 2026, o valor presente das parcelas a vencer apresentadas no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2027	2.864
2028	1.626
2029	1.841
2030	2.053
Após 2030	986
	9.370

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 31 de março de 2026 são respectivamente R\$88 e R\$407 para PIS e Cofins (R\$73 e R\$338, respectivamente, em 31 de março de 2025).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 31 de março de 2026 a taxa média é de 12,16% a.a. (10,05% a.a. em 31 de março de 2025). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as transações realizadas no resultado em 31 de março de 2026 e 2025 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	31.03.2026	31.12.2025
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A.- controladora (*)	-	306
Total parte relacionada no ativo circulante	-	306
 <u>Passivo circulante</u>	 31.03.2026	 31.12.2025
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (*)	11.672	13.070
Litoral Sul S.A. (*)	1.843	1.877
ViaPaulista S.A. (*)	429	429
Passivos com partes relacionadas circulante	13.944	15.376
Total do passivo circulante	13.944	15.376

Notas Explicativas

<u>Despesas gerais:</u>	<u>31.03.2026</u>	<u>31.03.2025</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(4.846)	(4.927)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Litoral Sul S.A.	(2.713)	(3.034)
Total	(7.559)	(7.961)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arcuem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem “Outras partes relacionadas” está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

No decorrer do período findo de 31 de março de 2026, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.483 (R\$1.112 em 31 de março de 2025), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$341 (R\$88 em 31 de março de 2025) relativos à diretoria da Sociedade e R\$1.142 (R\$1.024 em 31 de março de 2025) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$805 sem encargos para o exercício de 2026 (R\$805 para o exercício de 2025).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$2.500 e R\$1.915.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	31.12.2025	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2026
Cíveis	879	1.490	(436)	(1.233)	8	708
Trabalhistas	441	1.024	(427)	(62)	9	985
Regulatórios	-	2	-	(2)	-	-
Total	1.320	2.516	(863)	(1.297)	17	1.693

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.03.2025
Cíveis	1.259	1.671	(521)	(1.483)	18	944
Trabalhistas	1.471	2.596	(698)	(808)	13	2.574
Total	2.730	4.267	(1.219)	(2.291)	31	3.518

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.03.2026	31.12.2025
Cíveis	7.534	6.518
Trabalhistas	978	1.261
Regulatórios	35.947	35.232
Fiscais	3.798	921
Total	48.257	43.932

Os depósitos judiciais no montante de R\$240 em 31 de março de 2026 (R\$239 em 31 de dezembro de 2025) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,49% a.a. em 31 de março de 2026 (7,23% a.a. em 31 de dezembro de 2025), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão que, o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2025	1.399	23.644	39.188	1.399	62.832
Adições/Reversões	-	2.457	6.122	-	8.579
Utilizações	-	(12.500)	-	-	(12.500)
Ajuste a valor presente	-	363	707	-	1.070
Transferências	-	5.686	(5.686)	-	-
Saldo em 31.03.2026	1.399	19.650	40.331	1.399	59.981

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868
Adições/Reversões	-	1.310	3.014	-	4.324
Utilizações	-	(8.320)	-	-	(8.320)
Ajuste a valor presente	-	455	635	-	1.090
Transferências	-	5.624	(5.624)	-	-
Saldo em 31.03.2025	1.399	23.396	32.566	1.399	55.962

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2026, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$12.442 (R\$16.265 em 31 de março de 2025).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R\$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 7 de fevereiro de 2022. Em 31 de março de 2026, o saldo a integralizar permanece sob decisão de integralização ou não pela Controladora da Sociedade.

Cada ação confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	31.03.2026	31.03.2025
Receita de serviços prestados	193.731	179.924
Receita de serviços de construção	39.401	42.060
Outras receitas	3.334	2.708
Receita bruta	236.466	224.692

Notas Explicativas

ISSQN	(9.687)	(8.996)
PIS	(1.280)	(1.186)
COFINS	(5.906)	(5.474)
Outras deduções	(206)	(160)
Receita líquida	219.387	208.876

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	31.03.2026	31.03.2025
Custos:		
Com pessoal	(8.782)	(8.455)
Serviços de terceiros	(6.442)	(6.197)
Conservação	(1.869)	(3.112)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(685)	(659)
Consumo	(1.043)	(1.272)
Transportes	(1.846)	(2.277)
Verba de fiscalização	(5.830)	(5.581)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(256)
Seguros / Garantias	(1.452)	(1.331)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.579)	(4.324)
Custos de serviços da construção	(39.401)	(42.060)
Depreciação / Amortização	(81.081)	(70.975)
Outros	(789)	(450)
Total	(157.799)	(146.949)

	31.03.2026	31.03.2025
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(5.121)	(4.752)
Serviços de terceiros	(560)	(537)
Manutenção de bens e conservação	(304)	(680)
Consumo	(247)	(334)
Transportes	91	176
Seguros/Garantias	(4)	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.653)	(3.048)
Comunicação e <i>marketing</i>	(38)	(44)
Indenizações à terceiros	(17)	(8)
Publicações legais	-	(92)
Depreciação / Amortização	(301)	(369)
Provisão para perdas esperadas	(43)	(111)
Outros	(378)	(611)
Total	(8.575)	(10.416)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	31.03.2026	31.03.2025
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.905	1.961
Créditos fiscais	32	194
Outras receitas	8	-
Total	2.945	2.155
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(47.202)	(60.883)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.524)	(1.815)
Outras despesas	(2.181)	(2.203)
Total	(50.907)	(64.901)

Notas Explicativas

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de março de 2026 no valor de R\$48.359, o montante de R\$1.157 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R\$61.794 e R\$911, respectivamente, em 31 de março de 2025).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	31.03.2026	31.03.2025
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	40.663	42.990
Juros capitalizados - debêntures (a)	(1.157)	(911)
	39.506	42.079
Aquisição (adições)	(39.506)	(42.079)
Fornecedores	3.571	(4.607)
Obrigações fiscais	616	(382)
Contas a pagar - partes relacionadas	1.172	409
Cauções contratuais	24	(120)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(34.123)	(46.779)
Aquisições de itens do intangível	(34.123)	(46.779)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(34.123)	(46.779)

Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:

Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção 5.383 (4.700)

Adições ao ativo direito de uso (b) - 9.576

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21. (b) Vide nota explicativa nº 9.

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	31.03.2026	31.03.2025
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro (prejuízo) do período	3.930	(10.212)
Número de ações durante o período	747.760	747.760
Lucro (prejuízo) por ação	0,0053	(0,0137)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.03.2026		31.12.2025	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Ativo</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	11.427	11.427	10.058	10.058
Aplicações financeiras	N/A	2	23.658	23.658	21.431	21.431
Contas a receber clientes	N/A	2	49.202	49.202	39.808	39.808
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	-	-	306	306
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	96.382	96.382	20.903	20.903
Outros créditos	N/A	2	979	979	879	879
			181.648	181.648	93.385	93.385

Notas Explicativas

			31.03.2026		31.12.2025	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Passivo</u>						
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	13.944	13.944	15.376	15.376
Debêntures (a)	N/A	2	1.724.425	1.567.835	1.676.066	1.504.002
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	33.382	33.382	30.301	30.301
Outras contas a pagar	N/A	2	2.363	2.363	6.372	6.372
			1.774.114	1.617.524	1.728.115	1.556.051

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota 12.

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2026, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis):

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	10,40%	13,00%	15,60%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(33.524)	(41.270)	(49.016)
Receita de aplicações financeiras	9.919	12.399	14.879
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(23.605)	(28.871)	(34.137)
IPCA	3,84%	4,80%	5,76%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(119.779)	(133.894)	(148.010)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(119.779)	(133.894)	(148.010)
Juros a incorrer líquido	(143.384)	(162.765)	(182.147)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de março de 2026, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de março de 2026, a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$44.894 (R\$37.481 em 31 de dezembro de 2025) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Em 31 de março de 2026, o passivo circulante da sociedade excedeu o seu ativo circulante em R\$142.546 (R\$210.692 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

Notas Explicativas

A Sociedade tem seu acionista como principal apoiador financeiro, com capacidade de continuar mantendo suas atividades, assegurando tanto pelo suporte financeiro atual, dos próximos 12 meses e futuro.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	12,16%	15.674	19.370	3.789	3.826	3.772	2.322	5.661
Debêntures - CDI (b)	16,42%	301.365	337.257	93.464	88.700	155.093	-	-
Debêntures - IPCA (b)	10,85%	1.423.060	1.656.356	61.187	62.000	158.563	658.720	715.887
Fornecedores e cauções contratuais	-	33.382	33.382	32.538	844	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	13.944	13.944	13.944	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	2.363	2.363	2.312	51	-	-	-
		1.789.788	2.062.671	207.234	155.421	317.427	661.042	721.548

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 31 de março de 2026, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	230.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	272.937

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2026 é de R\$89.301 (R\$97.320 em 31 de dezembro de 2025).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.
Registro - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente. Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Contrato de concessão da Autopista Régis Bittencourt S.A.

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e nº 34 às informações contábeis intermediárias, que divulgam informações relevantes sobre os processos em andamento de repactuação da concessão.

Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou, junto à Agência Nacional de Transportes

Terrestres - ANTT, o pedido de otimização do contrato de concessão da Autopista Régis Bittencourt S.A., dando início ao processo de repactuação, conforme regulamento pela Portaria nº 848, publicada pelo Ministério dos Transportes. Em 14 de abril de 2026, a ANTT publicou o edital referente ao processo de repactuação da Autopista Régis Bittencourt S.A., cujo leilão está previsto para ocorrer em 23 de julho de 2026. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22**

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Régis Bittencourt S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Registro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 09.336.431/0001-06, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Registro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire

Diretor Presidente

José Acácio Delmonego Júnior

Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa

Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO PARA FINS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Autopista Régis Bittencourt S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Registro, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 09.336.431/0001-06, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do período de três meses findo em 31 de março de 2026, nos termos da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

Registro, 14 de maio de 2026.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire

Diretor Presidente

José Acácio Delmonago Júnior

Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa

Diretor de Engenharia